

As identidades nacionais nos regimes ditatoriais:

o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista

SÉRGIO ALEXANDRE DA R. GOMES *

Resumo

Itália e Portugal, no período entre as duas Guerras Mundiais, foram palco da emergência e consolidação de regimes ditatoriais legitimados na defesa de um ideal nacional. No caso italiano, Mussolini promoveu a romanità, um conjunto de valores e atitudes de referência da época de Augusto, conferindo-lhe um estatuto de autenticidade e exclusividade acerca da Identidade Nacional. Desta forma, perspectivou a história de Roma com o objectivo de criar uma justaposição entre o antigo Império Romano e a Nação italiana legitimando, deste modo, a sua política autoritária, corporativista e de expansão territorial. Em Portugal, Salazar levaria a cabo uma estratégia semelhante através da defesa da Trilogia Nacional – Deus, Pátria e Família. O regime salazarista explicaria a crise em que o país se encontrava como o resultado do esquecimento dos valores tradicionais que permitiram as antigas Épocas Áureas da Nação, alegando que os portugueses precisavam de uma acção de reaportuguesamento que revelasse a autêntica forma de ser português. Neste artigo procede-se à comparação destas Identidades Nacionais, sendo analisados documentos oficiais (discursos e cartazes de propaganda política) no sentido de tentar enfatizar que as Identidades propostas se prendem com a ideologia e os projectos políticos do regime. Considera-se que essa instrumentalização corresponde a uma forma de regulação das comunidades, constituindo um fenómeno que se insere no processo de consolidação do Estado-Nação enquanto pilar da Modernidade.

Palavras-Chave

Identidade Nacional; Fascismo; Estado Novo; Romanità; Reaportuguesamento.

* Doutorando em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto Bolseiro da Fundação da Ciência e Tecnologia-e-mail: sergioalexandregomes@gmail.com

Abstract

In the period between wars, in Italy and Portugal, dictatorial regimes of a traditionalistic right wing raised to power. These dictatorships used nationalism as the main source of their ideology and in the proposal to defend the national values they promoted a National Identity that it was defended as the authentic way of being Italian or Portuguese. Here we make a comparative synthesis of the national identities promoted by these political projects. In the case of Italy, one finds an emphasis on the concept of romanità, which is a all set of values that Fascist politics defended to be the ancient roman spirit that modern Italy needed to realize itself as a Nation. In this way, Mussolini's propaganda services promoted a roman-italo juxtaposition based on the linkage between Mussolini and the ancient roman heroes and between Italy's territory and Roman Empire in order to legitimized the fascist authoritarian and expansive policy. In Portugal Salazar promoted a similar strategy, it was defended that the main cause of the crisis of the last decades was connected with the fact that Portuguese had forgotten their traditional values and the great examples of the Past. In this sense, Salazar argues that Portugal needed a reaportuguesamento of the Nation – an action that would remember the eternal values of God, Homeland (Nation) and Family, and would held Portuguese to a new Golden Age. These National Identities provide people a whole way of being in the Nation, itself represent a moral attitude where people could find the answers to all their questions. In this article it is analysed some official documents (speeches and posters of political propaganda) connected with this question and it is argued how the discourse of these regimens on National Identity reflected their ideology. The national mood was the one that could serve the proposal of the State that, as a source of power, is owner of the authentic source of identity and, by this way, created a national identity that was a tool to legitimize their political projects. It is also considered that this way of regulating community's identity was inserted in a phenomenon regarding the establishment of the Nation-State as a main element of Modernity.

Key-words – National Identity; Fascism; Estado Novo; Romanità; Reaportuguesamento.

1. Introdução

O Nacionalismo e a Identidade Nacional constituem uma temática muitas vezes discutida a propósito da sua importância no mundo contemporâneo. A este propósito, James Edensor chama a atenção para o facto da Identidade Nacional, enquanto modelo de referência de uma performance, expressar-se de diferentes formas e em diferentes contextos; enquanto uma representação de valores, atitudes, história e cultura de uma comunidade, a Identidade Nacional é passível de ser materializada e interpretada tanto em situações mais formais de uma agenda pública como em situações da vida de todos os dias (2004: 12-35). No que res-

peita às origens da Identidade Nacional, nos trabalhos de Ernest Gellner, Benedict Anderson e Eric Hobsbawn é enfatizado o carácter construído, imaginado ou inventado da cultura, comunidade ou tradições que subjazem à nacionalidade, sendo que, este conceito corresponde fundamentalmente a um horizonte histórico de constituição do Estado-Nação e da Modernidade (ibid.: 2-9). Neste cenário os grupos políticos teriam um grande protagonismo, na medida em que a essas construções identitárias correspondem projectos políticos específicos que, estrategicamente usam as diferentes características e vontade das comunidades, como base de legitimação. Na mesma linha de argumentação, mas dando menor importância a políticos e legisladores, John Hutchinson tomara as Identidades Nacionais como uma expressão de uma regeneração moral construída por academias históricas e artísticas (ibid.: 10). Numa perspectiva diferente, Anthony Smith admite a existência de uma plataforma etno-simbólica que permite a reprodução e adequação de valores entre gerações e que, nessa dinâmica, se formaria a Identidade Nacional. Nações constituem unidades etno-simbólicas distintas (2001: 204-207).

No caso da formação da Identidade Nacional portuguesa, José Manuel Sobral destacaria três momentos fundamentais: a emergência medieva de uma dinastia, língua e território que funcionam como elementos de identificação de um colectivo; a consolidação dessa unidade expressa pela adesão de elites e populares em situações de conflito bélico desde os finais da Idade Média, bem como na Época Moderna, a produção erudita de uma história própria ou da codificação da língua; no século XIX, em associação com o processo de complexificação do aparelho de Estado, existe um incremento da difusão de uma representação intelectualizada da nacionalidade caracterizado tanto por um maior número de agentes envolvidos nesse processo como por um leque mais variados de estratégias de distribuição de elementos identitários (2003:117-1121). Ao contrário de Portugal, a Itália apresenta-se, enquanto unidade política, como um projecto mais circunscrito no tempo, o processo de unificação decorre fundamentalmente ao longo do século XIX em contraposição às políticas imperialistas austríacas e francesas. A este período, o *Risorgimento*, corresponde uma emergência de um sentimento nacionalista que aglutinaria num mesmo Estado as antigas unidades políticas e, conseqüentemente, às quais se sobreporia um novo processo identitário que consolidasse a nova unidade política da qual passariam a fazer parte (Remond, 1994[1974]: 235-237).

Itália e Portugal apresentam, deste modo, cenários muito distintos de processamento da suas Identidade Nacionais, porém, nas décadas de 20 e 30 do século XX seriam palco de governos ditatoriais semelhantes que, advogando uma linha de discurso nacionalista, acabariam por produzir versões específicas dessa Identidade, cuja comparação constitui o objectivo deste artigo. No Ponto 2 procede-se à apresentação sumária dos antecedentes políticos e ideológicos do tipo de nacionalismo que foi utilizado por estes regimes, argumentando-se que a conceptualização que é feita desta ideologia corresponde a uma estratégia de legitimação dos seus projectos políticos. Assim, são analisados os conceitos de Nação, História e Cultura

e as relações que são estabelecidas entre si no sentido de tentar esclarecer a sua utilização por parte do Fascismo e do Salazarismo. No Ponto 3, considera-se que as Identidades Nacionais produzidas por estes regimes reflectem a sua própria ideologia autoritária, corporativista e imperialista e, neste sentido, são analisados documentos oficiais (discursos e cartazes de propaganda) na tentativa de sistematizar os pontos mais pertinentes que caracterizam esta relação. No caso italiano enfatiza-se o uso que o fascismo faz da *romanità* e da antiguidade romana como fontes de autenticidade do modo de ser italiano e, em Portugal, procede-se à análise da acção de *reaportuguesamento* da nação proposta por Salazar como forma de recuperação dos traços essenciais da Nação. Por fim, argumenta-se que das múltiplas estratégias de inculcação destas Identidades, emerge uma nova forma de relacionamento da comunidade com os elementos do Passado e da Cultura que, apesar de constituir um momento de difusão de elementos que até então faziam parte fundamentalmente de ciclos eruditos, obedecem a um esquema de relacionamento que concretiza um maior controlo do quadro de significações da comunidade. No Ponto 4, a Identidade Nacional é vista num horizonte de constituição do Projecto da Modernidade, tal como equacionado por Boaventura de Sousa Santos (2002 [1994]: 68-101), destacando-se a sua relação com a consolidação do Estado-Nação e de uma juridificação da experiência humana. Neste sentido, é problematizado o Nacionalismo enquanto expressão de um pensamento ideológico e mitológico que estaria na base do desenvolvimento da vocação maximalista que Boaventura reconhece no Estado. No Ponto 5 são sumariados os principais aspectos abordados ao longo do texto.

2. Síntese dos antecedentes históricos e ideológicos do nacionalismo fascista e salazarista

Em 1922 e 1926 em Itália e Portugal, respectivamente, são instaurados regimes ditatoriais na sequência de cenários distintos de instabilidade e descontentamento popular: o Fascismo e o Estado Novo. Estes acontecimentos políticos inserem-se numa conjuntura de reacções políticas que usam o espírito nacionalista para contestarem princípios democratas, parlamentares e liberais. Trata-se de uma subida ao poder de grupos políticos que advogam uma linha de nacionalismo historicista desenvolvido ao longo do século XIX em conexão com o romantismo e em contraponto ao nacionalismo democrático associado à Revolução Francesa (Rémond, *ibid.*: 239).

Entre o Congresso de Viena de 1814-15 e as vésperas da 1ª Guerra Mundial, o sentimento nacional é invocado no discurso de projectos políticos tanto da esquerda revolucionária como da direita tradicionalista. Porém, as transformações políticas e sociais que tiveram lugar na Europa durante este período levariam ao estabelecimento de uma relação mais estreita entre o nacionalismo e a direita

conservadora. Esta relação, cuja dinâmica apresenta múltiplos regionalismos¹, deve-se em parte à evolução dos movimentos de esquerda. Com efeito, o nascimento de uma consciência de classe operária e a difusão do socialismo (por definição internacionalista) resultariam numa perspetivação do espírito nacionalista enquanto elemento do sistema capitalista e da dominação burguesa (ibid.: 241-245). Porém, é de enfatizar que é na assimilação e adequação do sentimento nacional por parte de movimentos políticos distintos que se assiste à sua complexificação:

“Enquanto o nacionalismo da Revolução Francesa concentrou-se numa dimensão política, acentuando a igualdade entre os homens (as mulheres ainda não eram incluídas) e a soberania popular como o único meio de legitimar o poder dos governantes, as ideias do romantismo alemão acrescentaram uma nova força e carácter ao nacionalismo, salientando a língua, o sangue e o solo comuns como elementos constitutivos do Volk.” (Guibernau, 1996: 66)

Nos finais do século XIX as relações internacionais entre os países europeus tornam-se cada vez mais tensas na sequência das múltiplas querelas desencadeadas por pretensões territoriais dentro e fora do espaço europeu. É neste contexto de tensão que se desenvolvem doutrinas políticas assentes num modelo de autoritarismo e legitimadas na defesa de um ideal nacionalista. O caso francês é exemplificativo desta evolução, ao nacionalismo universalista de 1848 sucede, na sequência da derrota de 1871 e as perdas territoriais para o estado alemão, o boulangismo, o pensamento de Barres ou de Maurras². Estes discursos de denúncia dos inimigos e da decadência da nação aliados à proposta de medidas isolacionistas e xenófobas prefiguram os movimentos fascistas do século XX (Rémond, ibid.: 244).

Após a 1ª Guerra Mundial, o espírito nacional continua a ser o motor de um processo de mediação entre governadores e governados. Com efeito, quando em 1922 Mussolini proclama que:

“Nós vemos em Roma a preparação do futuro. Roma é o nosso mito. Sonhamos com uma Itália romana, ou seja, sábia, forte, disciplinada e imperial. Grande parte do espírito imortal de Roma renasce com o fascismo: romano é o

¹ A este propósito é de salientar que ao longo da história política, o nacionalismo ou espírito nacional, bem como o internacionalismo, é invocado por projectos políticos díspares formulando-os de formas distintas. A perspectiva que se apresenta tem fundamentalmente como objectivo contextualizar o Fascismo italiano e o Estado Novo português no âmbito do cenário político e ideológico da Europa Ocidental dos inícios do século XX.

² O pensamento de Maurras teria um papel importante na formulação do conjunto de valores e ideias que constitui o Integralismo Lusitano no qual Salazar baseia o seu nacionalismo. Com efeito, partilham a ideia da necessidade de um Estado forte, centralizado e autoritário em associação com a Igreja Católica Romana. Porém, afasta-se do radicalismo de Maurras no que respeita às medidas anti-semitas, ainda que, considerem que semitas e protestantes constituam uma ameaça à supremacia da Igreja católica (Marques, 1981: 274-277; Pinto, 2004:44).

fascio, romana a nossa organização de combate” (citado em Díaz-Andreu, 2003:35)³ está a instrumentalizar o espírito nacional de forma a legitimar o seu projecto político. Invocando a continuidade no tempo e diferenciação perante os outros, Mussolini produz um discurso sobre a soberania, o território, a história, a cultura e o imaginário social no sentido de dar sentido aos elementos que compõem o Estado-Nação. No mesmo sentido, em 1936, numa fase de estabelecimento do Estado Novo, Salazar declara que:

*“Sem receio colocámos o **nacionalismo português na base indestrutível do Estado Novo**; primeiro, porque é o mais claro imperativo da nossa **História**; segundo, porque é inestimável factor de **progresso e elevação social**, terceiro, porque somos exemplo vivo de como o **sentimento pátrio**, pela acção exercida em todos os continentes, **serviu o interesse da Humanidade**”* (citado em Melo: 2001: 46).

Neste extracto, além de enfatizar o papel do nacionalismo na sua política, Salazar incide nos principais elementos que compõem esse nacionalismo permitindo problematizar o modo como é perspectivado. Começamos por destacar que o nacionalismo é visto como um modo de servir o “interesse da Humanidade”, sendo que esse propósito se prende com a missão civilizadora que Salazar atribuiu à sua política colonial. Com efeito, a história da nação é perspectivada num horizonte religioso que aglutina à conjuntura política e económica um espírito de cruzada e expansão da fé cristã da qual resulta a ideia da história da Nação constituir um projecto mítico que expressa a vontade de Deus. Esta perspectiva vai de encontro à conceptualização da Nação enquanto uma unidade orgânica com uma vontade independente dos interesses particulares dos vários elementos que a constituem. Apesar dos indivíduos e o território constituírem parte integrante da nação, o seu conjunto apresenta-se enquanto uma unidade independente donde emerge uma vontade, sendo que, o “sentimento pátrio” corresponde à comunhão das vontades dos indivíduos e da nação. Enquanto unidade que precede os indivíduos, a nação apresenta uma cultura própria, uma essência que a define e particulariza entre as outras nações, sendo que, o “sentimento pátrio” expressa também a aproximação dos indivíduos a essa essência. Aliás, é do desenvolvimento dessa essência, que resultam as diferentes épocas áureas da história da nação. É neste esquema de relações, onde o nacionalismo enquanto ideologia operacionaliza a invocação de determinados aspectos da história e cultura portuguesas, que Salazar constrói a Identidade Nacional.

3. Nacionalismo, História, Cultura e Identidade Nacional

Como foi referido no ponto anterior, o discurso que o fascismo e o salaza-

³ O destacado das citações que se apresentam ao longo do texto é nosso.

risso produziram sobre a Identidade Nacional apresenta uma forma particular de perspectivar conceitos como nação, cultura e história. Neste ponto procede-se à abordagem dessa conceptualização tendo-se em conta as suas conexões com o modo como determinados autores a equacionaram. Neste sentido procede-se à análise do conceito de História em Giabanttista Vico, enfatizando-se que a sua perspectiva cíclica reside ao ênfase que estes regimes deram às antigas Épocas Áureas da Nação; no pensamento de Johann Gottfried Herder destaca-se o conceito essencialista de cultura, cuja articulação com os *corsi* e *ricorsi* de Vico permite a legitimação de determinados projectos de política interna levados a cabo pelos regimes; e, por último, o conceito de Johann Gottlieb Fichte de Nação enquanto unidade orgânica independente e detentora de uma vontade própria, cujo propósito, na versão destes regimes, seria a de servir a Deus e concretizada numa vocação civilizadora que está na base da sua política imperial.

Vico é um pensador napolitano setecentista que propõe uma teoria cíclica da história sistematizada em períodos de florescimento e de decadência das nações. Este e outros aspectos da sua obra viriam a ser estudados e promovidos nos inícios do século XX em Itália por Benedetto Croce (Berlin, 2006a [1969]: 81) que viria a assistir à utilização deturpada de algumas das suas ideias por parte do regime de Mussolini e, conseqüentemente, do pensamento de Vico. Refira-se que, corrompendo a máxima de Croce segundo a qual toda a história é história contemporânea, os fascistas manipularam livremente aspectos da história clássica tornando-as metáforas que corroboravam a necessidade e inevitabilidade do império romano de Mussolini, concebendo o período fascista como o último momento do Rissorgimento (Visser, 1992: 12). Os *corsi* e *ricorsi* de Vico podem ser perspectivados enquanto a dinâmica que subjaz à narrativa histórica propagandeada pelo Fascismo italiano. Com efeito, como exemplifica o extracto do discurso de Mussolini apresentado anteriormente, a Itália fascista surge como uma promessa de uma nova época áurea, é o movimento que permite salvar a Itália da atomização política medieval ou do comunismo que perturba a unidade da nação (ibid.).

É nesta linha de discurso que em Portugal, a 1 de Dezembro de 1909 – antes de iniciar a sua carreira política – nas celebrações da Restauração da Independência de 1640, Salazar declarava:

*“Não! Portugal não deve morrer! Ele deve viver para os mundos que descobriu, para as nações que assombrou com as cintilações da sua grandeza e heroísmo. Não há a descobrir novos mundos, nem a guerrear estranhas nacionalidades: mas há a fazer uma obra grandiosa de paz, **há a formar cidadãos tão bons portugueses do século XX, como outros o foram do século XVII.**”* (citado em Henriques, Mello, 2007: 39)

Com efeito, perante a situação de crise que atravessava o país, Salazar invoca um período de união nacional que levaria ao restabelecimento da independência,

no sentido de demonstrar que os grandes feitos do passado poderiam servir de inspiração à resolução dos problemas que o país experimentava, sendo que, nesta invocação valoriza o espírito dos cidadãos seiscentistas que lutaram pela independência. Deste modo, neste extracto estão presentes duas estratégias que Salazar utilizaria na formação da identidade Nacional: a História enquanto fonte de inspiração e a existência de um espírito nacional que teria sido perdido pelos portugueses e que cuja ausência justificaria o período de crise em que viviam. Assim, por um lado “a memória surge como instrumento fundamental no confronto do Estado com a degenerescência e a doença, já que é pelo seu uso que se torna possível recuperar as verdades que se foram apagando. Os exemplos legados pelo passado são argumentos legitimadores de uma prática e de um domínio político” (Cunha, 1994: 116), sendo nesta perspectiva que, na narrativa histórica salazarista, o Estado Novo se sucede a períodos como a Fundação da Nação, os Descobrimentos e a Restauração de 1640 aludida no extracto apresentado. Por outro lado, as Épocas Áureas da história devem-se ao exercício por parte dos cidadãos do seu espírito nacional, ou seja, de uma série de valores e modo de ser que definem a Nação enquanto cultura.

Na visão cíclica do passado sobressai assim o espírito da nação, isto é, um conjunto coerente de valores e atitudes que se repetem ao longo das distintas *Época Áureas* da Nação. O passado é entendido como uma sequência de episódios de florescimento no qual se expressam os elementos perenes que caracterizam o povo e conferem resistência à nação enquanto unidade política, territorial e cultural. Esta “expressão do espírito da nação” constitui um dos pontos principais do pensamento do filósofo alemão oitocentista Johann Gottfried Herder. Isaiah Berlin considera-o o pai do nacionalismo cultural (Berlin, 2006b [1998]: 28-29) destacando no seu pensamento duas ideias fundamentais do nacionalismo: o “expressionismo” e o “sentimento de pertença” (Berlin, 1999: 58-62). Herder entendia que uma das necessidades fundamentais do ser humano é expressar a sua natureza e comunicar com os outros, sendo que nesta actividade são utilizados vários pontos de referência – nomeadamente o território e as suas relações com os outros elementos da comunidade – que definem a sua cultura. Neste ponto de vista, cada objecto, apesar de ter sido feito por um ser humano específico, comporta em si elementos de toda a comunidade – ou de toda a Nação – permitindo que essa comunidade se reveja nesse objecto e que outras comunidades o identifiquem na sua diferença e singularidade. A partir desta ideia, Herder inventou todo o imaginário de pertencer a um determinado lugar, onde se criam raízes e no qual nos sentimos em casa, a ideia de uma fonte da essência de um modo de ser (ibid.:60)⁴.

⁴ A este propósito é de referir que, como refere Isaiah Berlin, estes aspectos faziam já parte do pensamento de Vico (Berlin, 1999: 60).

Esta perspectiva essencialista da cultura, enquanto algo que emerge do interior de uma comunidade e lhe confere unicidade e destaca o seu carácter singular, é uma das principais características da identidade nacional promovidas por Mussolini e Salazar. A este propósito, no prefácio do volume I dos seus Discursos, Salazar defende que:

*“Nem sei em que o trabalho de **reaportuguesamento** das nossas instituições sociais e políticas, e o culto das boas, sãs, **fecundas tradições nacionais, tão próprias para nos darem originalidade e carácter**, hão-de levantar dificuldades de monta e não ser preferidos à cópia servil de quanto se pensa e faz em país estrangeiro, inspirador máximo da nossa actividade desde há muito tempo. Além do mais, este esforço é homenagem ao **espírito criador da raça lusitana** ao seu poder de iniciativa, que será fecundo se o trabalho persistente da **descoberta «interior»** não ceder o passo à preguiçosa imitação de estranhas criações.”* (citado em Henriques, Mello, 2007:42)

Neste extracto estão presentes duas características que até agora foram destacadas acerca da forma como estes regimes políticos articularam o passado com a identidade nacional: a visão cíclica do passado e uma perspectiva essencialista da cultura nacional. Quando Salazar refere o “*reaportuguesamento*” de Portugal está a considerar a dinâmica de ciclos de regeneração e degenerescência através dos quais perspectiva a história nacional, sendo que tais ciclos estão intimamente relacionados com a proximidade que a conduta dos cidadãos apresenta relativamente ao “espírito criador da raça lusitana”.

De uma forma mais drástica, materializando esta concepção essencialista da identidade nacional, Mussolini, a propósito das reformas do urbanísticas de Roma na década de vinte, defendia que:

*“**Tudo o que surgiu durante os tempos de decadência deve ser afastado e os monumentos milenares da nossa história devem reaparecer no seu esplêndido isolamento**”* (citado em Guillaume, 2003:142).

Com efeito, Mussolini instrumentaliza o mito da *romanità* enquanto essência da identidade italiana do século XX. Com o restauro de monumentos, o ditador procura criar uma união entre o seu regime e um passado glorioso, fazendo do seu regime uma nova Época Áurea e, fazendo dessa sucessão de Épocas Áureas, uma fonte de legitimação (Galaty, Watkinson, 2004: 3).

Voltando ao caso português, a salvação da nação – a sua regeneração – passa pelo *reaportuguesamento* de Portugal, pela “descoberta interior” da *portugalidade* ou, como defendia no discurso de 1 de Dezembro, “formar cidadãos tão bons portugueses do século XX, como outros o foram do século XVII”. A invocação desta data por parte de Salazar, e o ênfase que lhe viria a ser dado enquanto celebração da independência de Portugal durante o regime, é sintomático de outro

aspecto do pensamento nacionalista que subjaz ao Fascismo e ao Estado Novo – o direito de auto-determinação⁵. Este aspecto tem as suas raízes no pensamento do nacionalista alemão Johann Gottlieb Fichte. Com efeito, Fichte, na linha de Herder, interpretaria a língua e o espírito alemão, como aspectos unificadores de grupos humanos a quem seria legítimo reivindicar independência política (Díaz-Andreu, 2000:159). No âmbito do pensamento de Fichte é também de destacar a sua proposta de Nação enquanto um organismo vivo, bem como, as relações existentes entre este *ente colectivo* e os *indivíduos*. Como explica Isaih Berlin, para Fichte, a tradição e os costumes de um indivíduo são uma extensão da criação de outros com os quais ele forma uma unidade orgânica – a Nação – sendo que essa unidade orgânica tem também uma vontade própria e necessita de ser livre de outras nações para poder crescer e realizar as suas potencialidades (1999: 91).

Esta “vontade da nação” permite o desenvolvimento do nacionalismo enquanto processo de identificação colectiva. Neste processo a cultura e a história são obra e instrumento do direito de auto-determinação, ou seja, embora a unidade cultural proporcione um argumento político para a reivindicação da independência, a nação contempla “uma solidariedade interna que lhe vem da sua diferença em relação a outros conjuntos do mesmo tipo. Esta solidariedade interna não é essencialmente cultural (como para a palavra «pátria»), mas acima de tudo política” (Gil, 1989:285). Porém, nos discursos políticos esta dimensão política é legitimada em termos identitários, culturais e históricos. A Figura 1 é sintomática desta situação, perante a inegável diferença cultural que caracteriza o Império, Salazar sobrepõe a história que une as diferentes regiões como elemento aglutinador dessa diferença. Simultaneamente, alegando a um espírito universalista e civilizador do povo português expande territorialmente a nação, o projecto político da nação legitima-se num projecto antropológico e histórico. É neste sentido que defenderia:

“Portugal constitui com as suas colónias um todo, em virtude de um pensamento político que se fez pelos tempos fora realidade política” (citado em Lira, 2000:3).

A aglutinação realizada entre a história particular de uma nação e um propósito universal de progresso que serve a Humanidade e que reflecte a vontade de Deus, confere à Nação uma dimensão mítica. É de salientar que, a questão do universalismo da nação defendida por estes regimes é ilustrativa da complexificação

⁵ No dia 1 de Dezembro celebra-se ainda hoje o dia da independência reportando-se ao restabelecimento de Portugal como país independente em 1640 após sessenta anos de domínio espanhol. É de salientar que nesta data festeja-se precisamente este direito de auto-determinação, ou seja, a Nação numa asserção mais jurídica do termo. Com efeito, também no 10 de Junho é festejada a Nação, porém como sugerem as designações deste feriado – dia da Raça durante o Estado Novo e dia de Camões e das Comunidades Portuguesas após a queda do regime – o motivo da celebração prende-se mais com a cultura e as comunidades portuguesas.

do nacionalismo ao longo dos tempos. Com efeito, o universalismo é uma característica do nacionalismo revolucionário do século XVIII em contraponto aos movimentos tradicionalistas do século XIX. Porém, a síntese que estes regimes operam sobre o nacionalismo justapõe os pólos desta oposição, associando ao particularismo da nação a dimensão universalista da sua concretização. É do carácter universal da Nação, ou melhor da realização desse carácter universal, que se desenvolve o seu espírito mítico. Como explica José Gil,

“esta lógica do discurso cria a temporalidade necessária para consolidar a identificação dos indivíduos e dos grupos com a nação e para justificar a acção nacionalista. Os «momentos» indicados desembocam numa última etapa que reitera o tempo mítico, «antes da queda», antes de todos serem ameaçados; assim, se forja uma temporalidade, unindo o tempo real e o tempo mítico, que adquire uma configuração mítica: o presente (real) deve avisar de um futuro (real) que realizará as potencialidades inscritas no mito de origem. A última fase, em que a realidade se une ao mito, representa também o «momento» em que o fim se une ao princípio. A história real deve, pois, ser interpretada, perspectivada segundo a lógica do discurso nacionalista, para que a história sagrada da nação tome corpo e para que o tempo histórico se identifique com o tempo do mito. Então, a nação será salva, porque ela estará totalmente cumprida.” (ibid.: 299)

4. As versões da Identidade Nacional do Fascismo e do Salazarismo

No ponto anterior procedeu-se à problematização de alguns aspectos gerais do nacionalismo que caracterizam os regimes Fascista em Itália e do Estado Novo em Portugal: a existência da Nação enquanto um elemento natural que decorre da unidade cultural e do direito de auto-determinação das comunidades; uma visão cíclica do passado nacional composta por momentos de degenerescência e regeneração; a cultura e o espírito nacionais enquanto essência à volta da qual as forças da nação gravitam e realizam o seu destino; e, por último, a forma “mitológica” (ou de missão a cumprir) como o discurso político re-equaciona estes elementos em função do projecto que pretende realizar. Neste ponto procede-se à análise da forma como estes elementos são concretizados na produção do discurso do regime acerca da identidade nacional e da forma como a história, a arqueologia e a etnografia servem essa produção.

1.1. Romanità e Portugalidade

No discurso sobre a identidade nacional durante o período fascista a *romanità* surge como síntese de um conjunto de valores, modelo de organização da sociedade e de exemplos históricos acerca do ideal italiano. No cerne deste conceito reside a *virtus romana*, isto é, uma atitude moral onde o interesse colectivo se sobrepõe

aos individuais na defesa da justiça e da ordem, bem como, a coragem e o dever de levar a cabo uma missão civilizadora universal (Visser, *ibid.*:13-14). O culto da *romanità* é anterior ao fascismo, com efeito, foi sendo utilizado na legitimação das pretensões coloniais no Mediterrâneo desde os finais do século XIX (Visser, *ibid.*: 7; Altekamp, 2004: 57-60). Tal interesse político prende-se com a popularidade destes elementos na memória social e expressa-se tanto no elevado número de instituições e investigadores que se ocupam do seu estudo, como no facto de constituir um dos elementos chaves da formação escolar (Visser, *ibid.*: 6). Deste modo, a sua adopção por parte do fascismo deve-se em parte ao seu enraizamento na sociedade italiana da década de 20, constituindo a sua promoção uma forma de assegurar a coesão entre multiplicidade de interesses e a adesão das massas ao movimento (*ibid.*: 10).

Além destes aspectos relacionados com a propaganda, a *romanità* é parte integrante da ideologia fascista. É uma fonte de inspiração da ideologia fascista oferecendo, e legitimando com episódios históricos, as principais características do regime: uma política externa baseada no imperialismo (aludindo ao Império Romano, nomeadamente no que diz respeito ao espaço mediterrânico), uma política interna corporativista (segundo a tradição de uma visão orgânica do estado e da sociedade) e um líder autoritário portador da *virtus romana* (invocando o Imperador Augusto) (*ibid.*: 15). Com efeito, a *virtus romana* era considerada a quinta essência da civilização romano-italiana que teria persistido ao longo da história europeia nomeadamente na revolução fascista e na liderança de Mussolini (*ibid.*: 13-14). Neste sentido, a propaganda política encarregou-se de promover uma ideia de linhagem que estabelecia uma relação entre Mussolini e os antigos heróis da história romana: Eneias, Rómulo e Augusto. O director da *Mostra Augustea della Romanità*, Giulio Quirino Giglioli, no catálogo da exposição defende que Mussolini é descendente directo dos antigos romanos:

“... as suas acções são iguais às dos melhores romanos de há 2000 atrás ... o nome da sua terra natal – Romagna – aponta claramente para o facto da sua gente ter preservado mais do que outras o espírito e o sangue dos antigos romanos” (citado em Gilkes, 2004:38).

Mussolini torna-se assim representante do interesse da nação; traz em si os mais altos valores que definem a alma da nação. A Figura 2 trata-se de um Cartaz de propaganda política no qual o perfil de Mussolini se forma entre a multidão no sentido de expressar a comunhão entre o chefe e o povo. Na base do cartaz esta mensagem é reforçada pelo slogan: *Um só coração, uma só Vontade, uma só Decisão*. Na imagem pode-se também ler a visão orgânica da sociedade promovida pelo regime: ao grupo de indivíduos atomizado sobrepõe-se um chefe que lhe dá coerência enquanto unidade, ou seja, combatendo a atomização liberalista na defesa da nação como uma unidade orgânica. Esta heroicização de Mussolini era tanto ou mais reforçada pela sua prestação nas diversas comemorações do regime,

cujos rituais e performances faziam do fascismo uma religião política (Gentile, 1990). Deste modo, Mussolini, tal como Augusto, era o *princeps* e *pontifex maximus* do novo Império Romano.

A revitalização dos antigos heróis através de Mussolini é acompanhada por um relevante investimento no elemento que, na mística discursiva, confere o poder a esses heróis: a cidade de Roma. Com efeito, Gentile considera que, além do mito em torno de Mussolini, Roma constitui outro dos pilares da simbologia fascista (ibid.). Como diria Mussolini:

“Toda latinidade está à frente dos meus olhos. Representa uma herança que eu utilizo e cuja natureza nunca se altera: a eterna Roma.” (citado em Gentile, ibid.: 245).

Neste sentido, num projecto de reformulação urbana, as múltiplas ruínas da cidade romana são sujeitas a intervenções de escavação, reabilitação e inseridas numa dinâmica urbanística que articulava estes antigos elementos da *romanità* com os novos edifícios e o calendário comemorativista do regime (Schnapp, 1996; Ghirado, 1996). Como refere Marc Guillaume,

“em Mal estar na Civilização, Freud divertia-se a imaginar uma Roma sobrecarregada com todos os seus excessivos monumentos (...). A política de Mussolini visa materializar a imagem oposta de uma Roma que apresentasse apenas uma só camada do seu passado, tendo esmagado o tempo entre o seu presente e a imagem caricaturizada da sua antiguidade.” (ibid.:142)

Esta justaposição da Itália Romana, nomeadamente do tempo de Augusto, com a Itália Fascista é expressa também na inauguração simultânea da *Mostra augustea della romanità* e da *Mostra dela Rivoluzione Fascista*. Tais exposições tinham como objectivo enaltecere os valores da *romanità* e justificar historicamente a necessidade do fascismo como garantia de concretizar as glórias do passado (Díaz-Andreu, 2003: 40). Esta revitalização do mundo romano opera-se em todo o espaço de influência italiana. Com efeito, na Albânia (Gilkes, 2004), no Egipto (Begg, 2004) ou na Líbia (Altekamp: 2004, Munzi: 2004) são levadas a cabo missões arqueológicas destinada ao estudo e à valorização de ruínas do antigo império romano. Como refere Altekamp, o restauro de cidades romanas na Líbia ofereciam um confronto com a aparência islâmica do território, sendo que, chamando a atenção da antiga presença de Roma, a ideologia colonial ganhava legitimidade (ibid.: 60-61).

No âmbito dos múltiplos exemplos desta estratégia de ligações entre o mundo romano e o projecto político italiano do regime fascista, é de salientar a Via dell'Impero em Roma construída a propósito da celebração do décimo aniversário da instauração do Regime. Esta avenida coloca em relação edifícios emblemáticos da história de Roma, tais como, o Pallazzo Venezia (onde Mussolini tinha o seu

escritório), a Basílica de *Maxentius*, o Altar da Pátria de Vítor Emanuel, o Coliseu ou o Arco de Constantino. Deste modo, como refere Heather Hyde Minor, é criada uma espacialidade no centro de Roma na qual é comemorada a ligação entre os períodos romano e fascista, na qual a ligação entre elementos antigos e novos edifícios favorece a retórica e a performance do governo fascista. (1999.: 153). Estas ligações tornam-se ainda mais explícitas quando a 21 de Abril de 1934, nas celebrações da fundação de Roma e da *Festa del Lavoro*, é colocado uma série de quatro mapas acerca da expansão do império romano na parede da Basílica de *Maxentius*. Tais mapas servem para enfatizar a vocação imperialista que define a *romanità*, discurso que legitima a política colonial fascista. Com efeito, estes festejos antecedem a invasão da Etiópia, sendo que após a sua anexação, nas celebrações da Marcha de Roma em 1938 seria colocado um quinto mapa onde é representado o Império Colonial Italiano. (ibid.: 153-158). Esta estratégia de justaposição é tão mais eficiente caso se considere o carácter didáctico dos quatro primeiros mapas. Com efeito, a sua similitude com a cartografia utilizada nas escolas no ensino da história garante a sua fácil assimilação por parte da população. Assim, a adição do quinto mapa à sequência, não é apenas um esquema linear de legitimação do regime, é uma adição ao imaginário social que permite o enraizamento da justaposição ítalo-romana na qual o regime se legitima. A este propósito, é de salientar o papel do imaginário social enquanto obra e instrumento do projecto político. Depurando os seus conteúdos, o imaginário social ao serviço do regime torna-se um elemento de unificação que

“informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão de um sistema de valores e intervém eficazmente no processo da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum” (Bazcko, 1985: 311).

O quinto mapa viria a ser difundido por toda a Itália através da imprensa (Figura 3). Em 1937, na *Itália Imperiale* – uma revista do jornal *Popolo d'Italia* – apareceria associado à estátua da loba que ilustra o mito da fundação de Roma, a bandeiras do regime fascista e a um extracto de um discurso de Mussolini que invoca a cidade de Roma e o Império de Augusto (Figura 3). Esta justaposição de elementos constitui uma síntese da identidade nacional defendida pelo regime, com efeito, nela concorrem os principais aspectos da *romanità*: a cidade de Roma, a *virtus romana* e o Império. O estabelecimento do império colonial viria trazer um novo elemento à identidade nacional: o racismo. Com efeito, a experiência colonial e a aproximação ao regime nazi, leva a que, entre 1937-38, sejam promulgadas leis anti-indígenas e anti-semitas que visam a defesa da pureza da raça itálica.

Uma vez mais, a história de Roma e a defesa da *romanità* serviriam para legitimar estas medidas. Assim, no editorial da revista *La Difesa della Razza*, o

seu director Giorgio Almirante invocava o exemplo de Caracala que, ao permitir o casamento entre soldados e indígenas e ao atribuir o estatuto de cidadãos aos descendentes, acabaria por levar à queda da civilização romana. (Munzi, *ibid.*: 80-83). Deste modo, do colonialismo – a concretização da mística imperial da *romanità* – emerge um novo elemento da identidade italiana: a raça itálica. Assim, sendo a *virtus romana* exclusiva da raça itálica, na acção civilizadora que leva a cabo no império, o regime não pode permitir a mistura de raças, sendo esta a única forma de garantir a perpetuação da *romanità*.

A vocação imperial constitui também em Portugal um dos elementos chave da identidade nacional promovida pelo Estado Novo. Numa política distinta de Mussolini, que visa fundamentalmente a expansão do território, Salazar, no sentido de preservar as possessões que restam do antigo império colonial, integra-as na identidade nacional como forma de engrandecimento da nação. A Figura 4 trata-se de um mapa apresentado na Exposição Colonial de 1934 onde ao continente europeu são sobrepostas as colónias portuguesas no sentido de demonstrar a grandeza territorial do país, ideia que é reforçada pelo título do mapa: “Portugal não é um país pequeno”⁶. À territorialidade nacional representada neste mapa reside uma ideia de unidade defendida pelo regime, uma vez que Portugal apresenta uma identidade nacional na qual concorre, tal como no caso italiano, uma vocação universalista associada a uma missão civilizadora. Deste modo, a política colonial, legitima-se numa perspectiva mística do destino da nação, cuja concretização territorial é o Império. A Época dos Descobrimentos torna-se, na propaganda do regime, num dos elementos principais da Identidade Nacional. Porém, nesta invocação procede-se a uma efabulação de tal destino português. Com efeito,

“ser uma nação imperial não é apenas, pelo menos no caso português, a expressão de um poder material, sendo sobretudo o testemunho de uma vocação. A ligação a Deus torna-se então clara: não só se possui um império por vontade de Deus, como apenas se possui para servir os seus desígnios. De facto, do ponto de vista discursivo o que prepondera é a ideia de gestão colonial como missão, sendo em torno desta verdade que se ensina a perceber a relação de Portugal com as suas colónias e o próprio lugar de Portugal no mundo.” (Cunha, *ibid.*: 174)

Esta justaposição da religião cristã e da história nacional é uma constante na propaganda política. Com efeito, o regime reaviva uma série de mitos acerca da intervenção divina em episódios históricos, bem como, estabelece uma íntima conexão com a Igreja Católica, nomeadamente, no caso do culto das aparições de

⁶ Uma versão deste mapa seria apresentada na Exposição de Paris de 1937 na Sala das Colónias. A sua exposição num espaço internacional prende-se com uma forma de promover uma grandiosidade territorial que, apesar da sua pouca representatividade na Europa, é expressa na dimensão das colónias e na sua dispersão mundial (Lira, 2000).

Fátima (Monteiro, Pinto, 2004:60-61). Neste sentido, a valorização da Reconquista Cristã e o espírito das Cruzadas da Idade Média constituem o cenário ideal para a narrativa sobre a Fundação de Portugal. Com efeito, a fundação da nação é perspectivada neste contexto de missão de expansão da fé cristã e Afonso Henriques, o arauto dessa missão, é perspectivado numa tripla asserção que sintetiza informações tanto da lenda popular como produção historiográfica: o instrumento de Deus, o chefe do bando guerreiro que luta pela fé cristã e o salvador da nação dos interesses individuais dos senhores feudais (Mattoso, 1992). No âmbito dos heróis fundacionais da nacionalidade é ainda de destacar a revalorização da lenda de Viriato e dos Lusitanos, segundo a qual a nação portuguesa tem as suas raízes num cenário pré-romano. Esta perspectiva cultiva uma origem e identidade étnica distinta dos outros povos (Matos 2002: 134; Guerra, Fabião, 1992; Fabião, 1996). Porém, é de realçar que, apesar da valorização da raça lusitana, o regime apresentava-se oficialmente favorável à miscigenação dos povos assente nas teorias do luso-tropicalismo de Gilberto Freire (Monteiro, Pinto, *ibid.*:61-62).

A *Exposição do Mundo Português* de 1940 acabaria por se tornar a síntese por excelência da instrumentalização da história por parte do Estado Novo⁷. A exposição apresentava três conjuntos temáticos: o da História, o da Etnografia Metropolitana e o da Etnografia Colonial que, como já foi referido, é explicado como o resultado da vocação universalista do povo português e, como tal, símbolo de união. Esta exposição celebrava também a antiguidade deste projecto universal. Com efeito, o seu pretexto comemorativo era os oitocentos anos da nacionalidade e os trezentos anos da Restauração da Independência. A lógica do discurso que as várias instalações ofereciam era a de legitimar os princípios do regime nos vários episódios dessa longa história. Assim, se é no espírito das Cruzadas que se forma a nação, é no espírito da expansão da fé cristã que se alarga o seu território, sendo que, é na unidade que se formou nessa batalha que se reivindica a independência à coroa espanhola em 1640. Esta narrativa de “batalha” e de concretização da autoridade da nação, servia de discurso à política autoritária do próprio regime. Desta forma, o Estado Novo tenta “ser entendido menos como coerção violenta

⁷ É de salientar que a organização da exposição foi acompanhada de uma acção de restauro de diversos monumentos nacionais levada a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, uma instituição criada em 1929 com o objectivo de reunir os serviços respeitantes aos edifícios e monumentos nacionais. Esta instituição, viu favorecida a sua actuação durante este período participando activamente nas comemorações do *Ano X da Revolução Nacional* (1936) e, a partir de 1938, foi altamente subsidiada para a comemoração do VIII Centenário do Nascimento de Portugal e do III Centenário da Restauração da Independência Nacional em 1940 – ano da *Exposição do Mundo Português*. Nestes dois anos, sob a coordenação estabelecida pelo próprio Oliveira Salazar, com Duarte Pacheco à frente do Ministério das Obras Públicas, Baltazar de Castro na Direcção do Serviço de Monumentos e Raul Lino à frente da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos e responsável pelo arranjo dos Palácios Nacionais são efectuada 180 intervenções. No conjunto dos monumentos intervencionados destacam-se os castelos, palácios e os monumentos eclesiásticos, selecção que reflecte duas fontes de legitimação do regime: por um lado a história (os períodos áureos da história nacional) e por outro o catolicismo (expresso na Concordata de 1940) (Fabião, 1996; Neto, 1999; Rodrigues, 1999).

do que como paternalismo: o que está em causa não é a acção indiscriminada de quem governa, mas a prossecução da única política legítima - aquela que permitirá reencontrar um rumo que circunstâncias históricas nefastas haviam feito perder”(Cunha, *ibid.*: 113-114).

Esta ideia é claramente manifesta num cartaz da exposição onde imagem de Salazar e a de Afonso Henriques se fundem criando uma linhagem entre o ditador e os antigos heróis da nação (Figura 5). Além da forte carga ideológica da imagem, o cartaz apresenta ainda três mensagens que reforçam a perspectiva do regime sobre a história nacional. No canto superior esquerdo lê-se “Salazar – Salvador da Pátria”, um título que, considerando-se a justaposição de Salazar e Afonso Henriques da imagem, confere a Salazar a missão de continuar o trabalho do fundador da nação combatendo os elementos de instabilidade da Primeira República e inaugurando uma nova fase de regeneração – o Estado Novo. No escudo, uma arma de defesa, está escrito “Tudo pela Nação, Nada contra a Nação” como se a política autoritária de Salazar fosse a defesa necessária para a manutenção da nação. Por último, na base do cartaz: “Ditosa Pátria que tais filhos tem”, trata-se de uma invocação do espírito de filiação que subjaz a este tipo de nacionalismo, os cidadãos são filhos da nação na medida em que transportam em si a sua essência, sendo que é a sua concretização que permite a continuidade da nação. Assim, Salazar surge como um cidadão exemplar – um herói; um herdeiro do legado da antiguidade da nação; um entendedor da portugalidade – capaz de orientar a nação no cumprimento do seu destino. A propósito desta imagem é de realçar as diferenças entre Salazar e Mussolini no que diz respeito à sua prestação enquanto figuras públicas e chefes de estado. Ao contrário de Mussolini, que se presta diversas vezes a performances nas comemorações do regime e cultiva a imagem de chefe militar pela mimetização de atitudes típicas dos antigos imperadores, Salazar adopta uma atitude mais reservada, promovendo a sua faceta de Professor e Economista que trabalha no sentido de estabilizar o país (Pinto, 2005: 37). Com efeito, este cartaz, onde Salazar se presta a uma propaganda política mais popular, constitui uma excepção nas aparições públicas do ditador.

A par desta *lição* da História, o discurso sobre a identidade da nação incide também sobre as tradições e os costumes do povo português. Tais aspectos correspondem ao modo de vida rural, inalterado por influências externas, e onde residem as raízes da alma nacional. Trata-se de um modo de vida simples e despojado, uma vivência comunitária e a uma valorização do trabalho, da família, da pátria e da religião enquanto alicerces da moral e bons costumes (Cunha, *ibid.*: 30-34; Melo, 2001: 46-50). Neste sentido são postas em prática uma série de medidas de preservação e promoção da cultura popular – conhecidas como a Política do Espírito –, entre as quais é de destacar o concurso *A Aldeia mais portuguesa de Portugal*. Este concurso, do qual saiu vencedora a aldeia de Monsanto (Idanha-a-Nova, Castelo Branco) nas palavras do Ministro da Propaganda Nacional António Ferro tinha como objectivo:

“Este concurso (...) vale, sobretudo, pelo pretexto que nos dá de mergulhar na terra portuguesa, de lhe arrancar alguns do seus segredos, de encontrar, aqui e ali, escondidas entre as rochas, no alto das montanhas ou no coração dos vales, **as nascentes da raça**”⁸ (citado em Melo, *ibid.*: 221)

Assim, a aldeia e os modos de vida rurais são tomados como a parte integrante da identidade nacional, sendo perspectivados como fonte da essência da nação ou, nas palavras de António Ferro, *as nascentes da raça*. Nesse sentido, tal como a *romanità* constitui o elemento a partir do qual emerge a ideologia fascista, os valores da tradicionalidade portuguesa são o elemento de inspiração do corporativismo, do autoritarismo e moralismo da política do Estado Novo. (Cunha, *ibid.*; Melo, *ibid.*). É neste equacionamento da identidade da nação que o Estado Novo legitima a sua acção de *reaportuguesamento* de Portugal, são estes os valores que, segundo o regime, interessa promover no sentido de salvar a nação da degenerescência que levou à instauração da ditadura. A Figura 6 acaba por sintetizar a ideia que subjaz à dinâmica de produção da identidade nacional levada a cabo pelo regime. Insere-se no esquema de acção do *reaportuguesamento* correspondendo a uma *Lição de Salazar*. No canto inferior a mensagem *Deus, Pátria, Família – A triologia da educação nacional* informa acerca dos elementos da ideologia e a imagem concretiza, de uma forma próxima do imaginário colectivo, essa triologia: a família rural é o símbolo da tradicionalidade e da especificidade portuguesa; o altar caseiro à porta de casa invoca Deus e a vocação universalista; e o castelo, visto pela janela, com a bandeira nacional içada a representar a Pátria – o Estado Novo – que permite a concretização e a expansão da singularidade portuguesa no mundo.

1.2. A instrumentalização da Identidade Nacional e as suas consequências na relação da Comunidade com os elementos identitários

A identidade nacional, como qualquer identidade, nasce do confronto entre um *dever ser* – ordenado, estável e legitimado – e uma *realidade* caótica em mudança e arbitrária. A identidade nacional pode então ser entendida como uma tarefa constante que visa integrar num determinado discurso elementos que quer associar enquanto unidade política (Bauman: 2005 26-29). A identidade nacional inscreve-se numa política de controlo de todas as formas culturais e sociais de expressão, sendo que, a sua existência poderia constituir-se como um contra-poder que o regime necessita de manipular. A identidade nacional é obra e instrumento do estado-nação, formula-se num esquema circular de reprodução de valores e projectos. Como explica Marc Guillaume “um monumento [ou o conjunto de elementos que concorrem na identidade nacional] não pode mentir, visto que escapa

⁸ É de salientar que o mito da aldeia no Estado Novo está como Roma para o Fascismo, isto é, enquanto fontes da essência da identidade nacional.

à linguagem, da qual a mentira é uma dimensão constitutiva – aqui reencontramos o efeito que conferiu às medalhas a sua eficácia. Mas, correlativamente, não tendo um sentido unívoco, ele pode servir de apoio a diferentes ficções do passado [ou do ideal nacional]” (ibid.: 143).

Deste modo, o Fascismo Italiano e o Estado Novo Português, como qualquer outro regime político, procederam ao ordenamento dos elementos disponíveis para essa tarefa. A actividade dos movimentos nacionalistas que os precederam havia já recolhido matéria-prima para esse trabalho, além dessa actividade, existiram desde sempre dinâmicas de produção de identidades colectivas a um nível regional ou mesmo supra-regional cujos símbolos, monumentos e comemorações constituíam parte integrante da memória colectiva. Deste modo, o seu trabalho era de ajustar esses elementos à especificidade do projecto político que queriam desenvolver. Neste ordenamento, a autenticidade dos elementos é a característica que permite a sua inclusão ou silenciamento no discurso. É de salientar que esta classificação tem que obedecer a uma regra, a uma ideia de identidade. Nos casos estudados, a identidade nacional é entendida enquanto um desenvolvimento isolado e pré-destinado de uma essência. Deste modo, a autenticidade dos elementos disponíveis prende-se com a sua perspetivação na concretização do desenvolvimento dessa essência. Porém, a identificação dessa essência e do seu desenvolvimento prende-se de imediato com os objectivos do seu promotor. Com efeito, a promoção da *romanità* ou o *reaportuguesamento* são discursos que comportam em si projectos políticos definidos, cuja legitimação passa pela identidade nacional que eles próprios promovem. Deste modo, as suas versões sobre as identidades nacionais são também o reflexo da sua ideologia.

Neste sentido é de destacar a instrumentalização através do silenciamento de determinados períodos históricos cujas características seriam passíveis de ser utilizadas para o engrandecimento da nação. O caso da arqueologia pré-histórica em Portugal é exemplificativo desta situação, as teses do antropólogo Mendes Corrêa e do arqueólogo Manuel Heleno⁹, onde é defendido a origem do fenómeno megalítico em território português, e a conexão desse fenómeno com o nascimento da nação portuguesa, não tiveram expressão ao nível do discurso oficial sobre a história da Nação. Com efeito, esta tese poderia servir de legitimação à política imperialista portuguesa, na medida em que o espírito imperialista advogado pelo regime poderia remontar a um período mais longínquo. Porém, o território ao qual se dirige, o continente europeu, afasta-a dos interesses coloniais do regime. Ainda que esta tese se tenha popularizado nos meios letrados, não houve, por parte do regime, um interesse em torná-la objecto de propaganda política ou fonte de legitimação do seu poder (Fabião, 1996: 30-31; Fabião: 1999).

⁹ É interessante salientar que, para Manuel Heleno, existe uma diferença entre Estado e Nação, sendo que a fundação do primeiro se relaciona com a Época Medieval e a segunda, cuja conceptualização tem um pendor mais cultural, remontaria ao Megalitismo.

Os elementos de cronologia pré-medieval em Portugal, apesar de não terem constituído de forma enfática elementos do discurso oficial sobre a Identidade Nacional, desde sempre fizeram parte do sistema de referências identitárias a uma escala regional, expressando-se na toponímia e na sua utilização enquanto marcador espacial de divisões administrativas. Uma vez mais o fenómeno megalítico tem uma grande importância nesta dinâmica, topónimos como “Anta” ou “Mamoá” são do conhecimento das camadas populares e geralmente indicadores deste tipo de arquiteturas. Assim, considerando tratar-se de um potencial elemento a ser integrado no discurso sobre a Identidade Nacional, dado que é partilhado por vários grupos sociais, a ausência de interesse por parte do regime, apenas se explica pelas direcções dos seus projectos políticos. Com efeito, a política imperialista do Estado Novo é direccionada para as colónias e, como tal, o período dos Descobrimentos é suficiente para legitimar este projecto. Aliás, dando ênfase às teorias de Mendes Corrêa e Manuel Heleno, isto é, defendendo que Portugal na Pré-História teria constituído um império europeu, teria o problema de incluir na história da nação um momento de queda desse império. Simultaneamente, admitir essa teoria teria implicações na política isolacionista que caracteriza o Estado Novo relativamente aos restantes países europeus.

A propósito de ciclos de decadência do império, é de referir as relações entre Portugal e o Brasil – a maior das suas antigas colónias. Na Exposição de Paris de 1937, o pavilhão de Portugal apresentava o Brasil no grupo das suas colónias apesar deste país ter adquirido a independência em 1822, bem como, na Exposição do Mundo Português de 1940 o Brasil é o único país a apresentar um pavilhão. Esta presença do Brasil nas comemorações do regime, além de expressar uma aproximação dos países quanto ao tipo de regime político¹⁰, é também sintomática de uma estratégia do Estado Novo de resolver uma incontornável perda do seu império colonial. Com efeito, a invocação do Brasil nestes dois eventos e a sua elevação, em termos de relações diplomáticas e culturais, a “país irmão”, pode ser perspectivada como a compensação ou a resolução possível que a perda desta antiga colónia representava no discurso do regime.

Esta aproximação teria repercussão ao nível da aceitação das teorias do lusotropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freire que, quando apropriado pela regime, atribui à raça lusita uma espontânea vontade de miscigenação com os outros. A aceitação desta teoria está na base da perspetivação do Brasil enquanto “país irmão”, ou seja, um país onde a missão civilizadora portuguesa teria triunfado na criação de uma nação com o mesmo estatuto que Portugal, da mesma forma que, juridicamente, não existia qualquer tipo de discriminação racial na política colonial. Assim, no âmbito da política racial e das conexões com o imperialismo,

¹⁰ Entre 1930 e 1945 o Brasil viveu um regime ditatorial semelhante ao português com Getúlio Vargas à frente do governo, também designado Estado Novo.

é de salientar que a queda do Império em Portugal é resolvida pela aproximação à principal das antigas colónias o que traria consigo o reforço de uma política de não discriminação racial. Porém, no caso italiano, como já foi referido, o Édito de Caracala, que favorecia a miscigenação das raças, seria tomado como a medida responsável pela queda do Império e, como tal, seria a fonte de legitimação das medidas anti-indígenas e xenófobas adoptadas pelo regime após a anexação da Etiópia.

Todo este complexo jogo de perspectivação da história e dos elementos culturais da nação teria repercussões no desenvolvimento das diferentes disciplinas que se ocupam destes assuntos. Com efeito, ao contrário do caso italiano, onde a arqueologia haveria de beneficiar do interesse de Mussolini na *romanità*, em Portugal, a arqueologia viveria um momento de estagnação (Jorge, Jorge, 1996), em contrapartida, a etnografia e a história surgiriam como disciplinas de maior interesse para o regime e, conseqüentemente, usufruiriam de um maior investimento. Porém, é de realçar que, mesmo constituindo um campo de interesse, os objectivos do regime sobrepõem-se aos científicos. Como refere Altekamp a propósito da arqueologia colonial italiana na Líbia, apesar das inúmeras inovações que estas intervenções apresentaram (um investimento na arqueologia da paisagem que envolveu um aperfeiçoamento dos métodos de prospecção, inventário e documentação, o uso da fotografia aérea ou uma maior rigor cartográfico, por exemplo), no período do Fascismo, parte desse rigor metodológico é substituído por uma única preocupação em inserir os sítios arqueológicos numa dinâmica propagandística (ibid.).

Este último aspecto é muito importante, estes regimes permitiram uma difusão sem precedentes de uma série de elementos que, por tradição, apenas faziam parte do conhecimento de ambientes sociais mais elevados. A política de propaganda e o espírito comemorativista destes regimes trouxe ao espaço público elementos eruditos cujo acesso anteriormente estava vedado às camadas populares. Evidentemente que, apesar das vantagens que este fenómeno comporta no que diz respeito a uma maior circulação do conhecimento, não desculpa toda o processo de instrumentalização da informação que lhe subjaz. Com efeito, o processo de democratização do conhecimento que possa sugerir este fenómeno, longe de constituir um efectivo contributo para o acesso à informação, prende-se mais com uma estratégia de controlo por parte do regime. Os moldes em que a informação é dada, o discurso na qual se inscreve, contribuem para a formação dos cidadãos e das cidadãs, porém, o objectivo dessa formação é a sua integração num sistema de significações controlado pelo regime (Baczko, ibid.).

5. Nacionalismo, Identidade Nacional e Modernidade

Anthony D. Smith propõe que se defina nacionalismo como:

“um movimento **ideológico** para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns dos seus membros **crêem** constituir uma «nação real» ou potencial” (2001: 20).

Nesta definição são propostos dois aspectos que tentaremos desenvolver neste ponto: o nacionalismo como ideologia e como crença. Neste tipo de abordagem são valorizados fundamentalmente os aspectos mitológicos e rituais das cerimónias públicas, enfatizando-se o modo como a defesa da nação se traduz numa extensa ritualização da vida pública na qual é comemorada a “mística do regime” numa tentativa de sacralização do Estado pelo culto de vários aspectos da nação (Gentile, *ibidem*; Parada, 2004). Na abordagem que se apresenta tentamos separar estes dois aspectos no sentido de fazer emergir as diferenças das dinâmicas de uma crença e de uma ideologia e o modo como o nacionalismo elabora a sua síntese. No mesmo sentido, considerando-se que os movimentos nacionalistas se inserem no processo que subjaz à emergência do Estado-Nação, tenta-se problematizar esta questão tendo em conta o Projecto da Modernidade.

Por Projecto de Modernidade entende-se a forma como este foi equacionado por Boaventura de Sousa Santos, ou seja, enquanto projecto sócio-cultural e paradigma de conhecimento/acção que antecede o capitalismo moderno e cuja concretização, caracterizada pelo excesso ou obsolescência de cumprimento das suas promessas, explica a situação actual do mundo em que vivemos (*ibidem*.: 2002[1994]: 70).

Tabela 1

Elementos do Projecto da Modernidade (Santos, 1994: 71-72)

Pilar da Regulação		Pilar da Emancipação
Princípio do Estado		Lógica da racionalidade moral-prática
Princípio do Mercado		Lógica da racionalidade cognitivo-instrumental
Princípio da Comunidade		Lógica da racionalidade estético-expressiva

Na Tabela 1 estão sistematizados os elementos definidos pelo autor para caracterizar a dinâmica deste projecto, sendo que, o seu desenvolvimento se dá pela tensão entre dois pólos opostos designados por Pilares da Modernidade. Assim, a Modernidade ter-se-á constituído pela consolidação de dois pilares: o pilar da emancipação, cujo propósito é libertar os indivíduos da dominação das forças tradicionais legitimadas em crenças irracionais e costumes, e o pilar da regulação, que visa a coordenação das diferentes relações dos indivíduos pela regulação

dos seus interesses políticos, económicos e sociais. No âmbito de cada um destes pilares é possível reconhecer a actuação de três elementos que concretizam o propósito geral do pilar em que se inserem. Assim, o Pilar da Regulação apresenta três princípios: Estado, Mercado e Comunidade, cuja constituição é perspectivada em função das teorias contratualistas dos séculos XVII e XVIII¹¹. Por sua vez, o Pilar da Emancipação apresenta três lógicas de racionalidade associadas a distintas actividades: a racionalidade moral-prática da ética e do direito, a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica e a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura.

Cada um destes princípios ou lógicas estabelecem entre si relações privilegiadas: a racionalidade moral-prática aproxima-se do princípio de Estado dado que comporta a função de tornar operacional um pensamento ético ou de direito; o princípio do Mercado conecta-se com a racionalidade cognitivo-instrumental por partilharem as ideias de individualidade e concorrência permitindo também que ciência, técnica e produção estabeleçam entre si uma relação de simbiose que permite o seu desenvolvimento; a racionalidade estético-expressiva privilegia a sua relação com o princípio da Comunidade na medida em que desenvolvem correlacionalmente as ideias de comunhão e identidade (ibid.: 71-72). Tratando-se de uma dinâmica que se desenvolve a partir da tensão gerada entre a emancipação e a regulação, o Projecto da Modernidade comporta uma série de promessas cuja concretização tanto pode ser excessiva como nula. O excesso prende-se com as infinitas possibilidades de gestão das tensões geradas pela vinculação do pilar da regulação ao pilar da emancipação e, simultaneamente, da tentativa de os vincular à concretização de “objectivos práticos de racionalização global da vida

¹¹ O princípio de Estado deve-se fundamentalmente a Hobbes, cuja teoria do contrato social, salienta o papel da soberania enquanto garantia de um efectivo controlo dos interesses individuais necessário ao desenvolvimento das diferentes comunidades políticas. A este contrato reside uma ideia de “estado natural” ameaçador, no qual os indivíduos são obrigados a alienarem ou condicionarem os seus direitos no sentido de constituir uma sociedade na qual possam sobreviver (Touchard, 1991[1959]: 104-109). Na obra de Locke, as condições em que o pacto social se processa e as expectativas que os súbditos apresentam perante o soberano, privilegiam o papel do Mercado enquanto elemento de regulação das relações entre os indivíduos. Este ênfase que é dado ao Mercado prende-se com o facto do direito à propriedade privada anteceder à sociedade civil, sendo que o pacto se dá no sentido da criação de um governo que garanta a sua maximização através da criação de leis, juízes e uma classe política. Porém, tratando-se de uma criação de proprietários, e contrariamente ao absolutismo da soberania em Hobbes, esse governo é regulado pelo Mercado, cujos agentes podem destituir por outro governo a partir do momento em que se considere que não estão asseguradas as condições bem-estar e prosperidade necessárias ao desenvolvimento dos indivíduos (ibid.: 156-161). Para Rousseau, na génese do contrato social não reside o esquema de submissão libertadora de Hobbes nem o utilitarismo de Locke, o vínculo social opera-se no sentido de transformar a liberdade natural numa liberdade civil e política para que a natureza social dos indivíduos se concretize. Assim, dá-se uma alienação voluntária e livre das vontades individuais na criação de uma “vontade geral” criada pelos próprios indivíduos. Desta forma, a regulação dos indivíduos não é feita por uma entidade criada por eles e que lhes antecede na decisão, mas pelo próprio conjunto de indivíduos, isto é, a regulação é feita pelo princípio da Comunidade (ibid.:204-213).

colectiva e da vida individual”. Porém, cada um dos pilares apresenta uma vocação maximalista que condiciona o seu relacionamento e não permite o cumprimento de algumas das promessas, a não ser por “cedências mútuas e compromissos programáticos” (ibid.: 71). Esta vocação maximalista também se verifica ao nível dos pilares e das lógicas de racionalidade. Com efeito, as suas dinâmicas residem numa aspiração à sua autonomização relativamente aos outros elementos, ou seja, cada um deles aspira a constituir-se enquanto forma absoluta de estar no mundo, oferecendo e operacionalizando uma visão total da experiência humana, seja pela hegemonia dos princípios Estado, do Mercado ou da Comunidade ou pela juridificação, cientificação ou esteticização da realidade social (ibid.: 71-72).

A vocação maximalista que Boventura reconhece na dinâmica destes pilares, princípios e lógicas de racionalidade aproxima-se da ideia de mitologia apresentada por George Steiner para classificar uma série de tentativas – das quais ele apresenta a psicanálise, o marxismo e o estruturalismo – de preenchimento de um vazio decorrente da laicização do mundo ocidental desde o século XIX. Para Steiner, uma mitologia define-se por apresentar um sistema de pensamento com pretensões à totalidade, uma história na qual concorrem profetas e textos fundacionais, cuja leitura suscita movimentos ortodoxos e heresias, e por apresentar uma linguagem própria onde são criados metáforas, gestos, rituais e símbolos fundamentais (2003[1974]:11-13). É de salientar que os exemplos dados por Steiner correspondem a tentativas de cientificação da experiência humana, isto é, apresentam uma lógica de racionalidade cognitivo-instrumental que se emancipa das outras lógicas, princípios e pilares e se constitui enquanto ponto de vista para a sua explicação ao mesmo tempo que definem a sua operacionalidade¹². Este fenómeno, o crescimento da vocação maximalista, pode ser entendido por um sentimento que, segundo Steiner, subjaz à constituição destas racionalidades enquanto mitologias: a nostalgia do absoluto. Como refere o autor:

Quero sugerir-vos que estes traços [de mitologia] reflectem directamente as condições trazidas pelo declínio da religião por uma profunda nostalgia do absoluto. Essa nostalgia – tão profunda, creio, em quase todos nós – foi directamente provocada pelo declínio da sociedade e do homem ocidentais, da antiga e magnífica arquitectura da certeza religiosa. Neste momento do século XX, estamos sedentos como nunca de mitos, de uma explicação total: ansiamos uma profecia garantida.” (ibid.: 16)

¹² Este esquema de relações é mais ou menos evidente consoante a mitologia. Se no caso de marxismo é explicitado o papel do Estado, Mercado e Comunidade porque todo este pensamento gira em torno destes conceitos, no caso da psicanálise freudiana e do estruturalismo de Levi-Strauss este tipo de considerações acabam por se tornar complementos de um problema que lhes antecede. É também de salientar que estas visões podem potenciar nas outras lógicas a sua vocação maximalista, como é o caso relação da psicanálise com o surrealismo. Este movimento modernista não constituiu um exemplo da sobreposição da psicanálise à arte, pelo contrário, o surrealismo constituiu-se como um ordenamento total da realidade decorrente da vocação maximalista da racionalidade estico-expressiva e, deste modo, trata-se de uma esteticização da experiência humana. (ibid.: 78).

Os atributos metafóricos e místicos que conferem a estas racionalidades uma dimensão mitológica decorrem de uma deslocação da crença na verdade enquanto garantia de felicidade da teologia judaico-cristã para a ciência. Com efeito, apesar de constituírem instituições antagónicas no Projecto da Modernidade, por defenderem acessos distintos à verdade, a Ciência e a Igreja partilham a ideia de verdade enquanto elemento prosperidade e dignidade humanas, sendo esta a sua base de legitimação para qualquer uma das suas propostas (ibid.: 69-73). Tanto a Igreja como a ciência oferecem uma explicação total dos indivíduos nas suas mais variadas experiências numa relação que Steiner, a propósito do marxismo mas extensível a todos as mitologias, designa por “contrato de esperança messiânica no futuro”(ibid.: 21), no qual, como contrapartida da adesão ao mito, os indivíduos sabem o seu papel no mundo e conhecem o processo pelo qual podem atingir a felicidade. Porém, como salienta Steiner, estas mitologias “quaisquer que sejam os seus atributos metafóricos, ou mesmo místicos, são monumentos de racionalidade e celebram os poderes de ordenação do pensamento de racional” (ibid.: 69). Neste processo de ordenação possibilitado pelo pensamento racional, as mitologias apresentam distintas versões da realidade construídas com base nas distintas premissas que cada uma delas apresenta. Estas premissas são equacionadas segundo o que Heidegger considera a essência da ciência moderna: a pesquisa, isto é, o processo pelo qual os distintos ramos da ciência abrem a sua esfera de actuação no domínio do existente, sendo neste domínio que se joga toda a sua legitimidade enquanto ordenamento racional (1976: 343). Neste sentido,

“O conhecimento assume-se como um procedimento no domínio do existente, da história ou da natureza. Procedimento não significa aqui apenas método, o modo de proceder – dado que todo o procedimento precisa de uma esfera no qual se possa mover - mas, mais precisamente, a abertura dessa esfera; este é o procedimento básico da pesquisa. Na natureza, por exemplo, é realizado pela projecção de um determinado horizonte de processos naturais numa esfera do existente. A projecção indica o modo como o procedimento cognitivo deve aderir à esfera que abriu para si mesmo. Esta aderência é a disciplina de pesquisa. Pela projecção do horizonte e a condição de exactidão, o método assegura para si mesmo a própria área dentro da esfera do ser.” (ibid.: 343)

Este esquema de conhecimento deve-se, como adverte Heidegger, a uma metafísica que lhe subjaz, isto é, uma visão do mundo na qual o significado dos diferentes domínios do existente interage com os agentes na definição do procedimento (ibid.: 341), isto é, à constituição da Física como ciência, por exemplo, precede-lhe uma ideia da natureza enquanto um conjunto de pontos distribuídos no espaço e no tempo para os quais é possível estabelecer relações de causa efeito. A abertura de uma esfera de domínio no existente segundo esta ideia, permite à Física criar nesse domínio a exactidão que a legitima enquanto ciência e expandir-se enquanto visão do mundo. Neste sentido, é possível perspectivar as mitologias

de Steiner enquanto ideologias, isto é, enquanto movimentos que partem de uma ideia, ou conjunto de ideias, tornadas premissas e partir das quais se desenvolve logicamente toda uma construção. Deste modo, em nome da felicidade humana, estas mitologias multiplicam os seus conhecimentos e alargam os seus domínios no sentido de se tornarem um pensamento total. Este alargamento do seu domínio que a torna ideologia, é, em parte, a resposta possível ao sentimento de nostalgia de absoluto. Porém, como explica Hannah Arendt:

“As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica. O perigo de trocar a necessária segurança do pensamento filosófico pela explicação total da ideologia e pela sua *weltanschauung* não é tanto o risco de ser iludido por alguma suposição geralmente vulgar e sempre destituída de crítica como o de trocar a liberdade inerente da capacidade humana de pensar pela camisa-de-forças da lógica, que pode subjugar o homem quase tão violentamente como uma força externa.” (2004 [1948]: 622)

Com efeito, a ideologia, enquanto forma de pensamento, apresenta uma pretensão à explicação total (do passado, presente e futuro) e, nessa condição, permite-se descartar toda a experiência da qual não possa apreender nada, propondo uma experiência mais verdadeira que subjaz a todas e que é a própria ideologia, ou seja, o pensamento já não parte da experiência mas gera-se a si próprio segundo uma tirania lógica que decorre da ideia, esta expansão que o pensamento lógico permite à ideia que se constitua visão absoluta da realidade (ibid.: 623-624). Esta violência que o pensamento lógico exerce sobre os agentes acaba por ser camuflada por todo o aparato mitológico descrito por Steiner onde, uma vez mais, é de destacar o contrato de esperança, a partir do qual se promove a adesão à ideologia por garantir uma experiência de verdade.

É de salientar que Steiner e Arendt enfatizam aspectos complementares deste tipo de pensamento totalitário. Por um lado, Steiner salienta o papel da crença na adesão a uma mitologia, isto é, dado que estas surgem da ansiedade por uma forma de pensamento absoluto que preencha o vazio causado pela queda das teologias, elas próprias se constituem enquanto novo projecto de salvação, regulado por uma tensão entre as capacidade de crença, abnegação e esperança. No caso das ideologias, Arendt salienta a ideia enquanto instrumento de explicação, através do qual é destruída a relação dos indivíduos com a realidade, dando lugar a uma primazia da lógica da ideia enquanto fonte de verdade e, como tal, ponto de perspectiva de toda a actividade humana. Deste modo, este tipo de pensamento se, numa primeira fase, trabalha as expectativas de emancipação dos indivíduos, isto é, oferece-lhes um projecto a partir do qual é possível atingir a felicidade, apresenta uma lógica interna de regulação máxima onde a emancipação se torna impossível. Assim, mitologias e ideologias concorrem na concretização da vocação

maximalista dos pilares princípios e lógicas de racionalidade de Boaventura, sendo que são também expressão do excesso de cumprimento das promessas do Projecto da Modernidade:

“A intensidade e o excesso destas transformações são o reverso do irremediável défice de totalidade em que assentam e que procuram esquecer (o «esquecimento do ser» heideggeriano) através do seu dinamismo e da sua hubris. O mais importante a reter neste processo é que a representação luxuriante do campo cognoscível e racional vai a par com uma ditadura das demarcações, com o policiamento despótico das fronteiras, com a liquidação sumária das transgressões. E, nesta medida, o pilar da emancipação torna-se cada vez mais semelhante ao pilar da regulação. A emancipação transforma-se verdadeiramente no lado cultural da regulação, um processo de convergência e de interpenetração que Gramsci caracteriza eloquentemente através do conceito de hegemonia.” (Santos, *ibid.*: 78)

Considerando esta dinâmica, é possível perspectivar o Nacionalismo dos regimes analisados no ponto anterior enquanto mitologia e ideologia que expressam a vocação maximalista do princípio de Estado e da lógica da racionalidade moral-prática. Com efeito, nas identidades nacionais que promovem, ao equacionarem os indivíduos fazem-no considerando fundamentalmente enquanto elementos jurídicos, isto é, enquanto cidadãos de um estado pelo qual adquirem uma série de direitos e deveres. A particularidade destes nacionalismos é aglutinar a essa dimensão jurídica os aspectos culturais de uma comunidade e, com essa estratégia, constituir a essência da Nação e elevá-la acima de todas as prioridades. Esta prioridade da nacionalidade permite a instrumentalização de todas as outras esferas, mesmo aquelas que, segundo o discurso oficial, antecedem todos os domínios da actividade humana, como é o caso da religião. Com efeito, tanto o fascismo italiano como o salazarismo estabelecem uma relação privilegiada com a Igreja Católica que, em última análise, fornece aos seus crentes todas as explicações e directrizes que necessitam para alcançar a felicidade e, nessa medida, antecede o Estado no ordenamento da realidade. Porém, o Estado, através do nacionalismo, antecipa-se ao poder que a Igreja possa ter na medida em que faz da Nação um projecto da divindade.

A racionalidade moral-prática em que se baseia o Direito sobrepõe-se à racionalidade religiosa, regulando-a no sentido de neutralizar uma potencial força de emancipação que o pudesse pôr em causa. Através deste esquema, o Estado, enquanto Nação, passa a ser o mediador entre a divindade e o crente, o acesso à felicidade prometida por Deus é o projecto da Nação, o verdadeiro crente é o cidadão exemplar, isto é, é aquele que põe a Nação acima de todas as prioridades porque é essa atitude que lhe permite alcançar Deus e, por conseguinte, viver num regime de verdade e ser digno da felicidade. No cerne da *romanità* e da *portugalidade* promovidas pelo fascismo e pelo salazarismo subjaz uma atitude moral cuja expansão permite uma juridificação da realidade social e individual, isto

é, aos indivíduos é-lhes pedido que sejam cidadãos, que interpretem exemplarmente a identidade nacional que os regimes lhe propõe e, em contrapartida, recebem uma explicação completa do modo de estar no mundo e, assim, a identidade jurídica torna-se identidade total.

6. Conclusão

A Identidade Nacional e o Nacionalismo utilizados pelos regimes fascista italiano e salazarista expressam o reflexo das suas ideologias na forma como são perspectivados a cultura e o passado das comunidades que pretendiam representar. Com efeito, na medida em que pretendiam desenvolver um projecto político assente num modelo de governo autoritário, numa organização corporativista da comunidade e numa política colonialista, procederam à instrumentalização de determinados aspectos da comunidade e do território em função destes valores. Nessa instrumentalização a Nação é vista como uma unidade orgânica acima do conjunto dos indivíduos, sendo que a essa unidade subjaz uma essência que singulariza a nação nos seus aspectos culturais. A expansão dessa essência reflecte-se nas Épocas Áureas da Nação, estando os períodos de decadência associados a um afastamento entre os indivíduos e a moral que decorre dessa essência. Desta forma, os períodos de prosperidade são entendidos como resultantes da comunhão entre a vontade da Nação e as vontades individuais, entendida essa comunhão como o verdadeiro espírito nacionalista que é necessário ao crescimento de ambas as partes. Assim, a felicidade dos indivíduos depende da sua capacidade de concretizar a vontade da Nação, correspondendo a essa sintonia o verdadeiro espírito nacionalista. Desta conceptualização da Nação, do Passado e da Cultura, resulta um culto dos antigos Heróis da Nação e das Épocas Áureas como exemplos de um modo específico e autêntico de ser italiano ou português, cuja utilização tem como objectivo a criação de um esquema de linhagem que visa a legitimação dos novos chefes de governo e respectivos regimes. Da mesma forma, a tradição, ou a invenção de hábitos tradicionais, torna-se uma fonte de propaganda de um modelo social ordenado segundo os interesses políticos. Neste sentido, é também de destacar a justaposição das nações modernas com os antigos impérios no sentido de legitimar a política colonialista, sendo que, a dimensão civilizadora que esse projecto tem na retórica dos regimes decorre também da sua associação a um destino mítico conferido pela Divindade. Assim, na expansão da Nação o que se concretiza não é o interesse particular de uma comunidade, mas, a expressão de uma vontade superior que visa a universalidade da civilização (Visser, *ibid.*; Cunha, *ibid.*; Melo, *ibid.*).

Nesta ordem de ideias, a uma realidade heterogénea composta por múltiplas identidades e processos de identificação, foi contraposto um modelo rígido e formalizado de Identidade Nacional. As estratégias de difusão desta Identidade condicionaram o desenvolvimento das disciplinas que se ocupam dos diferentes

aspectos que a compõem. Com efeito, disciplinas como a História, a Arqueologia, a Etnografia e o Urbanismo sofreram, directa ou indirectamente, a pressão dos regimes no modo como eram escolhidos e abordados os seus objectos de estudo e forma como os seus conteúdos passariam ao domínio público. Acerca deste último aspecto é salientar que espírito comemorativista destes regimes traria consigo a difusão de uma série de conteúdos que anteriormente eram exclusivos de classes eruditas (Fabião, 1996, 1998; Jorge, Jorge, *ibid.*; Matos, 2002; Altekamp, *ibid.*). Porém, tal actividade corresponde mais a uma forma de controlo que a uma efectiva redistribuição de conhecimentos, pois formalizando a relação que a comunidade poderia estabelecer com os seus elementos identitários, multiplicava as suas estratégias de manutenção do poder (Baczko, *ibid.*). Esta formalização do desempenho da Identidade Nacional pode ser perspectivado no horizonte regulador que comporta o Projecto da Modernidade. Com efeito, pode ser vista como expressão da consolidação do Estado enquanto princípio de regulação entre indivíduo, cuja vocação maximalista permite a perspetivação das diferentes dimensões dos indivíduos (Santos, *ibid.*). Nesse processo de juridificação da realidade, o Estado-Nação aglutina ao estatuto jurídico todas as experiências dos indivíduos conferindo assim à Identidade Nacional uma dimensão totalizante.

7. Figuras



Figura 1

Ilustração escolar do Estado Novo.
(<http://www.oliveirasalazar.org/educacao.asp>)



Figura 2

Cartaz de propaganda política fascista italiana (Viana, 2003: 42 – Fig. 17)



Figura 3

Capa da revista *Italia Imperiale*. Na base aparece um extracto de um discurso de Mussolini: "Rome must appear marvellous to all of the peoples of the world; vast, ordered, powerful as at the time of the first Emperor Augustus" (Minor, 1999: 154 – Fig. 6)

**Figura 4**

Mapa da Exposição Colonial de 1934
(<http://www.oliveirasalazar.org/portugal.asp>)

**Figura 5**

Cartaz de propaganda da *Exposição do Mundo Português*
(<http://www.oliveirasalazar.org/galeria.asp?idTema=57>)

**Figura 6**

Cartaz de propaganda política
(<http://www.oliveirasalazar.org/educacao.asp>)

8. Bibliografia

- Altekamp, S. (2004) Italian Colonial Archaeology in Lybia 1912-1924 in Michael L. Galaty and Charles Watkinson (eds.) *Archaeology under Dictatorship*, pp. 55-71, New York: Academic/Plenun Publishers.
- Arendt, H. (2006[1948]) *As Origens do Totalitarismo*, Lisboa: Dom Quixote.
- Baczko, B. (1985) Imaginação Social in Fernando Gil (coor.) *Enciclopédia Einaudi* Vol. 5 *Anthropos-Homem*, pp. 296-332, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- Bauman, Z. (2005) *Identidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- Begg, D.. (2004) Fascism in Desert: a microcosmic view of archaeological politics in Michael L. Galaty and Charles Watkinson (eds.) *Archaeology under Dictatorship*, pp. 19-31, New York: Academic/Plenun Publishers.
- Berlin, I. (1999) *The Roots of Romanticism*, London: Pimlico.
- Berlin, I. (2006a[1969]) Um dos mais audaciosos inovadores da História do Pensamento Humano in Isaiah Berlin *O Poder das Ideias*, pp. 81-98, Lisboa: Relógio d'Água.
- Berlin, I. (2006b[1998]) O meu Itinerário Intelectual in Isaiah Berlin *O Poder das Ideias*, pp. 19-36, Lisboa: Relógio d'Água.
- Cunha, L. (1994) *A Nação nas Malbas da sua Identidade: O Estado Novo e a construção da Identidade Nacional*, Braga: Universidade do Minho.
- Díaz-Andreu, M. (1997) Conflict and Inovation – the development of archaeological traditions in Iberia in Margarita Díaz-Andreu and Simon Keay (eds.) *The Archaeology of Iberia – The Dynamics of change*, pp. 6-33, London/New York: Routledge.
- Díaz-Andreu, M. (2000) Cultura y Nación: una mirada historiográfica in Margarita Díaz-Andreu *Historia de la Arqueología*. Estudios, Madrid: Ediciones Clásicas.
- Díaz-Andreu, M. (2003) Arqueología y Dictaduras: Italia, Alemania y España in Fernando Wulff Alons and Manuel Alvarez Martí-Aguilar (ed.) *Antigüedad y Franquismo (1936-1975)*, pp.: 33-73, Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga.

- Díaz-Andreu, M., Champion, T. (1996) 'Nationalism and archaeology in Europe: an introduction' in Margarita Díaz-Andreu and Timothy Champion (eds.) *Archaeology and Nationalism in Europe*, pp. 1-23, London: UCL Press.
- Fabião, C. (1989), 'Para a História da Arqueologia em Portugal', *Penélope*. Fazer e desfazer história N.º 2, pp. 10-26.
- Fabião, C. Guerra, A., (1992) 'Viriato: Genealogia de um Mito', *Penélope* – Fazer e desfazer a História N.º 8, pp. 9-23.
- Fabião, C. (1996) Archaeology and Nationalism: the Portuguese case in Margarita Díaz-Andreu and Timothy Champion (eds.) *Archaeology and Nationalism in Europe*, pp. 169-178, London: UCL Press.
- Fabião, C. (1999) 'Um século de Arqueologia em Portugal I', *Almadan* IIª Série N.º 8, pp.104-132.
- Galaty, M., Watkinson, C. (2004) The practice of *Archaeology under Dictatorship* in Michael L. Galaty and Charles Watkinson (eds.) *Archaeology under Dictatorship*, pp. 1-17, New York: Academic/Plenun Publishers
- Gentile, E. (1990) 'Fascism as Political Religion', *Journal of Contemporary History*, Vol. 25, No. 2/3, pp. 229-251, London: SAGE.
- Gil, J. (1989) 'Nação' in Fernando Gil (coor.) *Enciclopédia Einaudi* Vol. 14 Estado-Guerra, pp. 276-305, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- Gilkes, O. (2004) The Trojans in Epirus: Archaeology, Myth and Identity in Inter-War Albania in Michael L. Galaty and Charles Watkinson (eds.) *Archaeology under Dictatorship*, pp. 33-54, New York: Academic/Plenun Publishers.
- Ghirardo, D. Y. (1996) 'Citta Fascista: Surveillance and Spectacle', *Journal of Contemporary History*, Vol. 31, No. 2, Special Issue: The Aesthetics of Fascism, pp. 347-372.
- Guibernau, M., (1996) *Nacionalismo – O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- Guidi, A. (1996) Nationalism without a nation: the Italian case in Margarita Díaz-Andreu and Timothy Champion (eds.) *Archaeology and Nationalism in Europe*, pp. 108-118, London: UCL Press.
- Guillaume, M. (2003) *A Política do Património*, Porto: Campo das Letras.

- Heidegger, M. (1976) "The Age of the World View", *boundary 2*, Vol. 4, No. 2, Martin Heidegger and Literature. (Winter, 1976), pp. 340-355.
- Henriques, M., Melle, G. (2007) *Salazar: Pensamento e Doutrina política – Textos antológicos*, Lisboa/São Paulo: Verbo.
- Kohl, P.L., Fawcett, C., (1995) Archaeology in the service of the state: theoretical considerations in Philip L. Kohl and Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the practice of Archaeology*, pp.:3-18, Cambridge: Cambridge University press.
- Lilios, K. T. (1995) 'Nationalism and Copper Age researche in Portugal during Salazar regime (1932-1974) in Philip L. Kohl and Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the practice of Archaeology*, pp.:57-69, Cambridge: Cambridge University Press.
- Jorge, V.O. (2006) Quatro décadas depois. Alguns percursos, encruzilhadas, perspectivas e contributos no âmbito da arqueologia portuguesa – breve exercício de autor reflexão retrospectiva in Vítor Oliveira Jorge *Fragmentos, Memórias, Incisões – novos contributos para pensar a arqueologia como domínio da cultura*, pp. 77-105, Lisboa: edições Colibri.
- Jorge, V.O., Jorge, S.O. (1996). 'Arqueologia Portuguesa no Século XX: alguns tópicos para um balanço', *Revista de Antropologia e Etnologia* Vol. 36, pp. 143-158, Porto: SPAE.
- Lira, S. (2000) *Identidade territorial portuguesa sob o nacionalismo do Estado Novo – mensagens ideológicas nos museus e exposições temporárias*, <http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/culturasalioia.pdf>.
- Matos, S. (2002) "História e identidade nacional - A formação de Portugal na historiografia contemporânea", *Lusotopie* 2002, pp. 123-139.
- Mattoso, J. (1992) 'As três faces de Afonso Henriques', *Penélope – Fazer e desfazer a História* N.º 8, pp. 25-49.
- Melo, D. (2001) *Salazarismo e Cultura popular (1933-1958)*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Minor, H. (1999) 'Mapping Mussolini: Ritual and Cartography in Public Art during the Second Roman Empire', *Imago Mundi*, Vol. 51, pp. 147-162, London: Routledge.

- Monteiro, N., Pinto, A., (2004) A Identidade Nacional portuguesa in António Costa Pinto (coord.) *Portugal Contemporâneo*, pp. 51-66, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Neto, M.J.B., (1999) A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal, 1929-1999 in Margarida Alçada e Maria Inácia Teles Grilo *Caminhos do Património*, pp. 23-43, Lisboa. DGEMN/Livros Horizonte
- Munzi, M. (2004) Italian Archaeology in Lybia: from colonial Romanità to decolonization of the Past in Michael L. Galaty and Charles Watkinson (eds.) *Archaeology under Dictatorship*, pp. 73-107, New York: Academic/Plenun Publishers.
- Oliveira Martins, G. (2007) *Portugal – Identidade e Diferença*, Lisboa: Gradiva.
- Payne, S. (1995) *History of Fascism, 1914-45*, Madison, Wisc.: University of Wisconsin Press.
- Pinto, A.C. (2005) Portugal Contemporâneo: uma introdução in António Costa Pinto (coord.) *Portugal Contemporâneo*, pp. 11-65, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Rémond, R. (1994) *Introdução à História do nosso tempo – Do Antigo Regime aos nossos dias*, Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, J. (1999) A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo in Margarida Alçada e Maria Inácia Teles Grilo (coord.) *Caminhos do Património*, pp. 69-82 Lisboa: Livros Horizonte/DGEMN
- Schnapp, J.T. (1996) 'Fascinating Fascism', *Journal of Contemporary History*, Vol. 31, No. 2, Special Issue: The Aesthetics of Fascism., pp. 235-244.
- Santos, B.S. (2002 [1994]) *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento
- Smith, A. (2001) *Nacionalismo*, Lisboa: Teorema.
- Sobral, J. (2003) 'A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português', *Análise Social* Vol. 165, pp. 1093-1126.
- Steiner, G. (2003[1974]), *Nostalgia do Absoluto*, Lisboa. Relógio d'Água.

- Thomas, J. (2004) *Archaeology and Modernity*, London: Routledge.
- Touchard, J. (1991[1959]), *História das Ideias Políticas Vol. II – Do Renascimento ao Iluminismo*, Mem Martins: Publicações Europa-América
- Trigger, B.G. (1995) Romanticism, nationalism, and archaeology in Philip L. Kohl and Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the practice of Archaeology*, pp.:263-279, Cambridge: Cambridge University press.
- Viana, F. (2003) *O cartaz e o outdoor ao serviço da comunicação política*, <http://www.bocc.ubi.pt/pag/viana-fernanda-cartaz-outdoor.pdf>.
- Visser, R. (1992) 'Fascist Doctrine and the Cult of the Romanita', *Journal of Contemporary History*, Vol. 27, 1, pp. 5-22.